

COMENTÁRIO

A FORMAÇÃO ACADÉMICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS: — Uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social em Portugal

Pelo Prof. Stephen R. Stoer

«Boa tarde.

Limitar-me-ei a três ou quatro comentários.

Um primeiro comentário é sobre o meu relacionamento com esta tese: de facto, tenho escrito e tenho trabalhado na área da sociologia da Educação, focalizando, muitas vezes as questões que têm com o Estado e com o desenvolvimento da escola de massas, da escola laica, gratuita e obrigatória, sobretudo em Portugal. Vivo em Portugal há 20 anos, e cada vez mais, sinto que é a única realidade social que conheço minimamente.

Relaciono-me ainda com esta tese porque ela tem que ver com a formação e esta é uma área (hoje em dia) muito estudada pelos sociólogos de educação. Assim, mais uma vez, a minha área de especialização parecia ser útil para o desenvolvimento da tese de Alcina.

Acho que uma tese sobre formação (o que eu chamaria «o primeiro passo» *este* primeiro passo da Alcina Monteiro) a qual é uma delimitação social, económica, cultural, neste caso das implicações do processo da institucionalização da formação académica em Serviço Social em Portugal — é um primeiro passo muito importante assumir. Haverá muitos mais passos a seguir porque, de facto, o campo de formação hoje em dia está a tornar-se cada vez mais, eu não diria importante, mas cada vez mais reflectido como sendo um dos meios pelos quais se promove o desenvolvimento humano e social.

Traçar a evolução da formação académica em Portugal de Serviço Social tem que ver com tudo o que está na base da formação de assistentes sociais passando, seguramente, pelas concepções do saber que alicerçam esta formação, a relação que existe entre os diferentes saberes, a transmissão desses saberes e avaliação da eficácia desta transmissão, as fronteiras que existem entre as diferentes disciplinas ou

os diferentes saberes e as fronteiras que existem entre as instituições de formação e o trabalho dos assistentes sociais fora dessas mesmas instituições. Tudo isto conduz-nos a uma reflexão, não só sobre a evolução da formação, mas sobre, o próprio ensino do serviço social e sobre a formação para a investigação em Serviço Social, sobre a formação para investigação do agir (como se diz no cartaz deste encontro).

O segundo comentário que eu queria fazer tem que ver com o peso (fiquei bastante impressionado ouvindo outra vez a Alcina) da família, ou das famílias, nesta história da evolução do Serviço Social em Portugal. Ontem, assisti a uma conferência no Porto proferida por uma socióloga francesa que se chama Susanne Mollo, e foi muito interessante ouvir esta investigadora falar sobre o desenvolvimento do ensino infantil em França que hoje em dia assume qualquer coisa como 100% da população nacional a partir de 3 anos de idade (e 95% a partir de 2 anos de idade). A Susanne Mollo explicou que o desenvolvimento do ensino infantil em França passa, basicamente, por uma defesa dos direitos da criança: os direitos da criança na grande tradição da Revolução francesa que acabou por promover a institucionalização da meritocracia.

De facto, e talvez paradoxalmente, o desenvolvimento da meritocracia em França acabou por tornar possível que uma espécie de *curto-circuito* da família se fizesse (e é interessante pensar nisto hoje em dia numa sociedade, como a francesa, onde há tanta diversificação cultural a nível família). Desenvolve-se, através da criança, o princípio dos direitos de todas as crianças pela via da escola para todos, o que não começa somente aos 5 ou 6 anos de idade mas aos 2 ou 3 anos de idade! Há aqui, uma questão de fundo que nos deve preocupar: quais os efeitos sobre a sociedade desta socialização da criança, tão precoce e aparentemente tão homogénea, feita pela escola no nome da própria criança?

O que é interessante para mim, referindo de novo o trabalho da Alcina, é a maneira como o Salazarismo, o Estado Novo e o desenvolvimento do Serviço Social em Portugal sob o Estado Novo se configuram para pôr em causa o desenvolvimento da meritocracia, a maneira como as famílias (e era a tal família tradicional que foi aqui referida por Alcina) se tornaram no modelo-base do desenvolvimento de um sistema de formação, claramente baseado no estatuto herdado, e não no estatuto conseguido da meritocracia. Isto provocou, na minha opinião, as consequências terríveis no que diz respeito ao desenvolvimento posterior da escola para todos em Portugal. Estou cada vez mais convencido que o Estado Novo aí teve uma influência tremendamente negativa, porque acabou por reforçar o que já existia (sabendo nós como a I República não conseguiu diminuir significativamente no país o fosso entre as elites e o povo). O Salazarismo veio, pois, agravar ainda mais a situação o que tem muito a ver, na minha opinião, com o facto de existir até hoje em Portugal um sistema de educação escolar ainda muito rudimentar, para não falar em

tudo o que se passa (ou melhor, que não se passa) no campo da educação fora do quadro do sistema escolar.

O aviso de Suzanne Mollo quanto à situação francesa não significa que não se quer mais promover a meritocracia em Portugal. Nós precisamos da escola meritocrática, e precisamos dela porque é através da escola meritocrática que se desenvolve a escola democrática. O aviso de Suzanne Mollo sugere que para chegar a esta última tem que haver um outro relacionamento — baseado num respeito pela diferença entre o Estado e a sociedade civil. Não tenho tempo para desenvolver mais esta problemática aqui, mas seria uma discussão muito relevante para os próximos passos que o próprio trabalho da Alcina Monteiro vai agora tomar: isto é, há uma série de questões que têm a ver com o que ela intitula na tese como «autonomia relativa do campo de formação» ou facto de os agentes formadores não serem os agentes produtivos da sociedade; em vez disso, são os agentes do poder simbólico, são os agentes reprodutores que vão tendo, como sabemos, nas nossas sociedades cada vez mais importância. Os próximos passos talvez possam apontar para a análise destes agentes. As metodologias qualitativas podem ser muito interessantes (e sei que no Brasil já se está a desenvolver trabalho nesse sentido — histórias de vida, por exemplo, dos formadores se Serviço Social).

Um terceiro comentário que se inscreve ainda nesta preocupação com os próximos passos, refere-se à necessidade de pensar a formação em relação ao mercado de trabalho. Ora bem, há aqui, evidentemente todo um mundo para investigar, que tem que ver com o próprio desenvolvimento do assistente social como profissional — a profissionalização desta área de especialização. Como é que os assistentes sociais têm vivido o facto de serem na grande maioria funcionários públicos? Quais os efeitos desta «funcionarização» sobre a maneira como os assistentes sociais pensam neste país? Como actuam? Etc. ...

Por último, esta reflexão sobre a relação entre a formação e o mercado de trabalho (ou, talvez melhor, o mercado de emprego) passa por questões que têm que ver com o desenvolvimento das instituições profissionais: as associações e os sindicatos dos assistentes sociais. O controlo que os próprios assistentes sociais fazem da sua profissão, o código deontológico, todas estas questões que dizem respeito à relação entre profissão, formação para profissão e entrada no mercado de trabalho.

Penso que estes são os comentários mais importantes que eu queria fazer. Ao acabar gostaria de reforçar, mais uma vez, as implicações que foram aqui enfatizadas por Alcina no processo da institucionalização da formação académica do Serviço Social, isto é, o forte peso que sentimos da estrutura de classes sobre todo este desenvolvimento — uma estrutura de classes e um Estado muito especial, ambos que resultaram da história específica deste país, designadamente da sua localização semiperiférica (referido por Alcina) — e das condições especiais que no século XX determinam, e delimitam, a maneira como o Serviço Social se vai desenvolvendo ao longo deste século. Será interessante ver como as modificações mais recentes do

Estado (a passagem de um Estado autoritário para um Estado democrático), o facto da estrutura de classes se estar a modificar radicalmente através da transição rural-urbana em Portugal, como é que tudo isto vai afectar a próxima geração de assistentes sociais, etc.

Para não prolongar mais, dado que há pouco tempo, vou parar aqui.
Muito obrigado».